



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social

## ENEGRECER DO FEMINISMO BRASILEIRO: O ECOAR DE UM GRITO POR PROTEÇÃO E NÃO VULNERABILIDADE

RAYANE STEPHANE MELO DE MOURA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a mobilização e luta do movimento feminista negro por proteção e não vulnerabilidade dentro da sociedade brasileira. Foi construído a partir de pesquisa bibliográfica, onde foram analisados autores que discutem a temática. O estudo evidenciou que a luta do feminismo negro faz-se necessária dentro da sociedade brasileira, pois o racismo ainda é um condicionante fortíssimo, além da luta contra o machismo, patriarcalismo, sexismo, que são acometidos principalmente contra as mulheres negras, por conta de toda uma trajetória histórica de opressão que as mulheres negras vivenciam.

**Palavras-chave:** Feminismo Negro; Mulheres Negras; Resistência; Proteção.

**Abstract:** This article aims to analyze the mobilization and struggle of the black feminist movement for protection and non - vulnerability within Brazilian society. It was constructed from bibliographical research, where authors who discuss the subject were analyzed. The study evidenced that the struggle of black feminism is necessary within the Brazilian society, because racism is still a very strong conditioning, in addition to the fight against machismo, patriarchalism, sexism, which are mainly affected against black women, because of an entire historical trajectory of oppression that black women experience..

**Keywords:** Black Feminism; Black Women; Resistance; Protection.

### 1.0 INTRODUÇÃO

O enegrecer do movimento feminista brasileiro, tem significado relevante enquanto movimento social sendo mobilizado por mulheres negras. Em sua trajetória a origem branca e ocidental do feminismo estabeleceu sua hegemonia na equação das diferenças de gênero e tem determinado que as mulheres não brancas, de todas as partes do mundo, tenham que ir a luta para integrar em seu ideário as especificidades raciais, étnicas, culturais, religiosas e de classe social.

Neste sentido, o racismo rebaixa o status de gênero e estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Centro Universitario Santo Agostinho. E-mail: <anne.estefanny@hotmail.com>

mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. Fazendo-se também necessário entrar na pauta do movimento feminista negro políticas públicas voltadas especificamente para mulheres negras, que devido a um contexto de escravidão, sofridos por anos pela população negra, e que, após a abolição vem sendo marginalizada, especialmente a mulher negra, e tendo sua cultura, seu modo de viver criminalizado pela sociedade por conta do racismo, machismo e sexismo.

Esse artigo busca abordar os segmentos do feminismo negros brasileiros adquiridos sob a mobilização e a luta pelos direitos sobre o caráter da sua opressão e análise das políticas públicas de proteção dos direitos das mulheres, pois é um termo que se encontra presente nas Políticas Sociais no sentido de ter acesso aos direitos como a saúde, oportunidades de emprego, etc, mas que na realidade brasileira se encontram com condições precárias. Para abordar tal temática foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica utilizando como autores de base Sito (2017), Franco (2017), Carneiro (2003), dentre outros.

O trabalho esta dividido em dois momentos, o primeiro traz a trajetória histórica de mobilização, luta do movimento feminista e a ruptura do movimento por questões de raça, classe, dentro da sociedade brasileira, no segundo traz a política social de saúde voltada para as mulheres negras na sociedade brasileira, retrocessos e avanços.

## **2.0 DESENVOLVIMENTO**

2.1 A trajetória histórica de mobilização, luta do movimento feminista e a ruptura do movimento por questões de raça, classe, dentro da sociedade brasileira.

O feminismo é um movimento social moderno, e surge no período iluminista da Revolução Francesa e da Americana, expandindo-se em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos, contra a opressão machista que mulheres vinham sofrendo. O movimento feminista brasileiro não acontece separado do contexto mundial e, por isso estabelece laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas presentes em contextos mais amplos (COSTA, 2005).

Já de acordo com Hooks (2015), o movimento feminista surge na modernidade, porém, traz uma crítica de que o movimento feminista não surgiu das mulheres que de fato, eram mais oprimidas e violentadas (física, mental e espiritualmente) dentro da sociedade, que são as mulheres negras; mulheres que sofriam caladas com as suas condições de vida. Para Hooks (2015. p.199-200) as mulheres que se tornaram feministas, foram:

Mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo, ao classismo e ao racismo se rotularam “feministas”. Suas expectativas eram variadas. Mulheres privilegiadas queriam igualdade social com os homens de sua classe, algumas queriam salário igual por trabalho igual, outras queriam um estilo de vida diferente. Muitas dessas preocupações legítimas foram facilmente cooptadas pelo patriarcado capitalista dominante.

Portanto, Hooks (2015) traz que o discurso feminista de mulheres brancas não tem compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. Sendo que Borges (2017, p. 136) afirma que “o capitalismo tomou, ao articular-se indissociadamente das opressões de raça e classe, a partir do feminismo negro, sempre de olhar interseccional”.

Daí, diante do aparecimento do movimento feminista, ocorreu à mobilização de milhares de mulheres de muitos países, tendo um ápice na luta sufragista. Após um pequeno período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos dos anos de 1960. Ressurgiu em torno da afirmação de que o “pessoal é político”, o movimento feminista chama a atenção das mulheres sobre o caráter político da sua opressão vivenciada de forma isolada e individualizada no mundo do privado, identificadas como meramente pessoais. Vindo expor que, os problemas “pessoais” só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas (COSTA, 2005).

Corroborando, Borges (2017, p.135) também vem abordar que o "feminismo é um movimento político e de transformação que disputa todas as esferas da vida e de poder". Feministas buscaram trazer à esfera pública, a problemática social das desigualdades de gênero, e fazer um enfrentamento para uma sociedade mais igualitária, lançando assim que o "pessoal" é "político"; colocando o feminismo como uma ideologia, buscando construir um projeto de mundo que abarque as esferas filosóficas, sociológicas e econômicas, levando o feminismo, devido a várias vertentes, garantir um caráter plural; no entanto, é importante ressaltar que a ligação entre as vertentes do feminismo seria a luta pelo fim da subjugação das mulheres, a autonomia, o fim do patriarcado, a pluralidade de existências e atuações e a defesa pela igualdade (BORGES, 2017).

De acordo com Borges (2017, p. 135), apesar do caráter mais abrangente do feminismo existe uma pluralidade do "feminismo negro, por sua vez, se estabelece apontando, a princípio, esse elemento da pluralidade de existência e pautando-se contra universalidades". Coloca-se que a ideia do feminismo negro não é a junção de feminismos, mas formulações das necessidades, conhecimentos e atuação política próprio das negras, pois se necessita do enfrentamento a desumanização que corpos negros passaram (BORGES, 2017).

Quando o feminismo vem gritar em voz alta pela não opressão as mulheres por conta do machismo naturalizado, pelo abolicionismo da escravatura e por direitos políticos, civis, sociais, Davis (2016) vem dizer:

Esse movimento que se emancipou enquanto lutava pelo abolicionismo, porque foi quando as mulheres decidiram lutar pela libertação do povo negro que perceberam que não tinham direitos políticos; foi esse mesmo movimento abolicionista feminino que ficou chocado por ser dado primeiro o direito de voto ao homem negro antes de se dar o voto às mulheres. As mesmas mulheres que lutaram pela libertação do povo negro, disseram que se não lhes davam o direito ao voto, e se seriam governadas pelo homem, então preferiam continuar a ser governadas pelo homem branco, o letrado, educado e civilizado (DAVIS, 2016 p.4).

Percebe-se que esse movimento feminista que lutava pelo sufrágio universal já vem exprimindo o racismo. Começa-se então, a demarcar o feminismo branco e o feminismo negro, pois as mulheres negras vão defender o voto ao homem negro, pois os mesmos são uma única raça, que é explorada

pelo capitalismo e oprimida pelo racismo (DAVIS, 2016). Sendo que, racismo segundo Santos (1984, p.11) significa “um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre outros”.

Portanto, para se falar em feminismo segundo Sito (2017) faz-se necessário a existência de um recorte racial, pois as formas de dominação e opressão do patriarcado não são iguais para todas as mulheres, pois a mulher negra foi coagida a constituir sua identidade com os desafios que lhes foram colocados no período colonial.

As mulheres negras na escravidão viviam sendo abusadas, violentadas por seus senhores, que viam suas escravas como animais reprodutores; praticavam violência física, psicológica, pois eram condicionadas a procriar o número de vezes que seus corpos permitissem, sendo as crianças vendidas a qualquer momento, lhes eram negada à condição de mãe (SITO, 2017). Corroborando Freyre (2003) com sua obra Casa Grande e Senzala retrata divinamente bem as relações de poder, submissão, dominação, patriarcalismo sobre a mulher negra, e todas as punições, violências sofridas pelas mesmas.

No Brasil, após a abolição da escravatura, e em vários países latino-americanos às primeiras manifestações feministas aparecem já na primeira metade do século XIX, em especial através da imprensa feminina. Em fins do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam boa parte da força de trabalho empregada, já se observava mulheres em lutas sindicais, e que se denominavam feministas, falavam e propagavam os direitos da mulher. A partir dos anos 1920 a luta sufragista cresce, em muitos países latinos americanos, sob a condução das mulheres de classe alta e média (deixando de lados as mais subalternas) que através de uma ação direta junto aos aparelhos legislativos, logo conquistam o direito ao voto, já no Brasil só pode-se observar o direito ao voto das mulheres no ano de 1930 (COSTA, 2005).

Porém, segundo Sousa (2017) o primeiro grito de resistência e de luta por direitos de uma mulher no Brasil, foi datado de 6 de setembro de 1770, no qual, uma mulher negra, cujo nome era Esperança Garcia, escreveu uma carta para o governador da capitania de São José do Piauí, informando a desumanização que a mesma sofria com violências aplicadas pelo seu novo

dono, podendo ser simbolizado como o primeiro ato feminista negro no Brasil, porém ficou por muitos anos na invisibilidade, e só foi reconhecido na atualidade.

Com o passar dos anos, na década de 60 no Brasil, movimentos populares, foram calados e massacrados. Mas não se pode esquecer que os movimentos de mulheres burguesas e de classe média, organizados por setores conservadores, tiveram papel importante no apoio aos golpes militares nesse período e aos regimes militares instalados. Pode-se perceber um recorte mais evidente de classe, raça dentro do movimento político feminista da ditadura (COSTA, 2005).

Para Davis (1997) a raça identifica a classe; gênero identifica classe; raça é uma vivência da classe, comumente, é uma vivência de raça, que ambas tem que está cruzada para não ocorrer à primazia de uma sobre a outra. Já para Fraser (2001) gênero e raça são, portanto “paradigmas de coletividades bivalentes, pois abarcam dimensões econômicas e dimensões cultural-valorativas, implicando problemas de redistribuição e de reconhecimento”. Já Carneiro (2003) traz que o racismo rebaixa o status dos gêneros; e que, ao rebaixá-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por conta disso, para as mulheres negras chegarem aos mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos necessitaria de uma mobilidade social.

Segundo Sito (2017) após a abolição da escravatura o Estado brasileiro marginalizou os homens negros, obrigando as mulheres negras a garantir solitariamente a manutenção da sua família, ficando a margem da sociedade e tendo que assumir categorias de trabalho como babás, faxineiras, dentre outros, não adentrando em classe mais elevada e submetendo-se a exploração, conseqüentemente não participando das tomadas de decisões.

Com o feminismo dos anos 1970, surge uma resistência das mulheres à ditadura militar. Em linhas gerais, embora trazendo diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro de Mulheres vêm nos anos 1970, marcados pela ditadura militar; e pautados por uma luta por redemocratização, extinção das desigualdades sociais e buscando cidadania. No entanto, o movimento

Feminista vinha produzindo formas de opressão internas, posicionando as mulheres negras em uma situação bastante desfavorável. Portanto, foi por causa da invisibilização da categoria “raça” nos estudos e nas ações do nascente movimento de mulheres e da não atenção às relações de gênero no movimento negro, mulheres negras militantes se propuseram a questionar práticas excludentes (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Foi por isso que, segundo Carneiro (2003) as mulheres negras viram-se na necessidade de “enegrecer” a agenda do movimento feminista e “sexualizar” a do movimento negro, fazendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em dupla perspectiva, afirmando novos sujeitos políticos, como também exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos. Ainda de acordo com Carneiro (2003) o enegrecer do feminismo é uma expressão utilizada para explicar a trajetória das mulheres negras dentro do movimento feminista brasileiro. Buscando assim, a identidade branca e ocidental, clássica feminista, de um lado; e, de outro, mostrar a insuficiência teórica e prática política para integrar as várias expressões do feminino, existentes em sociedades multirraciais e pluriculturais. Daí pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu as desigualdades de gênero e intragênero.

De acordo com Sito (2017), a luta da mulher negra pela não opressão será por mecanismos como o “racismo e o sexismo”, pois os mesmo definem lugar de pessoas, grupos e povos de acordo com a cor da pele, com o tipo de cabelo, dentre outros; e, o “racismo e o patriarcado”, pois os mesmos propiciam uma subordinação racial e sexual no acesso desigual da renda e de bens, pois existe um privilégio para população branca, especialmente aos homens brancos e heterossexuais, que se situam no topo da pirâmide de desenvolvimento humano, no Brasil e no mundo.

Já na década de 80, teve a vitória do PMDB para o governo de São Paulo permitindo a criação do primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para implantar políticas para mulheres: o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983, em alguns Estados e cidades, se criaram os Conselhos dos Direitos da Mulher, e posteriormente o Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher, se configurou novos interlocutores na relação com os movimentos (COSTA, 2005).

Corroborando Rodrigues e Prado (2010) trazem que foi por causa das reclamações da ausência sobre o debate racial no interior das práticas políticas feministas que as mulheres negras conseguiram se inserir, antes que os homens negros, no sistema político institucional através da participação de duas mulheres no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo, e, posteriormente, conseguindo assento ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Ainda segundo os autores Rodrigues e Prado (2010, p. 450):

A entrada das mulheres negras no CECF de São Paulo e, em seguida, no CNDM, abrindo espaços de participação institucional, propiciou o início de um processo de consolidação de um movimento autônomo de mulheres negras. As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social. Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra vai tomando mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertioga, ocorrido no ano de 1985.

A atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado não foi um processo fácil de ser assimilado dentro do movimento. O movimento feminista não podia deixar de reconhecer a capacidade do Estado moderno para influenciar a sociedade como um todo. Começa-se a perceber que bater de frente com o Estado, que está enraizado um patriarcalismo histórico, não levaria a mudança na mentalidade da sociedade, teriam então, que fazer aliança ao Estado e adentrar no campo político, econômico, ideológico, dentre outros para haver um fortalecimento maior do movimento e de suas ideias (COSTA, 2005).

Necessitava-se adentrar ao campo político para resistir há um sistema capitalista, com um Estado mínimo e gerencialista, que traziam consigo um forte patriarcado, desigualdades, dentre outras opressões vivenciadas por mulheres; sendo o movimento feminista, especialmente o feminismo negro a formar uma resistência, principalmente contra um sistema que não se separa das desigualdades, da dominação do outro visando o lucro, do acúmulo e



concentração de riquezas, da descolonização dos corpos, mentes e espíritos negros (BORGES, 2017).

A bancada do batom foi o meio que a mulher penetrou na política para representar uma quebra nos modelos tradicionais de representações vigentes no Brasil, sendo que o movimento feminista defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem intermediação dos partidos políticos; e, que, para a entrada da “bancada do batom”, existia um dinamismo político, contando com a constituição de movimentos sociais importantes que debatiam as questões referentes à raça, gênero e classe, abordando que constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher (FRANCA, 2017).

No início dos anos 1990 cresceram modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista (COSTA, 2005).

Corroborando Ribeiro (1995) traz que entre 1988 há 1991 teve mudança de atitude das mulheres negras em relação à organização e mobilização em todo o país. Estruturaram-se grupos de mulheres negras, seja a partir de núcleos dentro do movimento negro ou feminista, seja de maneira autônoma, organizaram-se também, Fóruns Estaduais de Mulheres Negras em quase todo o Brasil. O Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) realizou-se em 1991 em Salvador (BA).

As lutas das mulheres negras por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e deve-se reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem o Brasil como nação. Violações cotidianas de direitos humanos econômicos, sociais, culturais têm como legado os piores indicadores de qualidade de vida concentrados no grupo negro (BORGES, 2017).

De acordo com Franco (2017) uma negra, favelada, que foi morta por ser mulher negra, lgbt e está atuando contra os descasos e violências sofridos

pela população negra e lgbt; as mulheres que vivem nas periferias são na sua maioria negras e pardas, podendo-se observar desde já, a marginalização da mulher negra, que a partir do seu instinto primário da sobrevivência, vivem desde cedo se solidarizando umas com as outras nas periferias para poderem ter o mínimo para suas famílias.

São as mulheres negras e faveladas que sofrem maior consequência de impactos do poder dominante, são as que mais sofrem com o feminicídio, pois em 2015, por exemplo, 65,3% de mulheres assassinadas foram às negras, são as que possuem maior taxa de desemprego ou emprego precário; as que detêm baixa oferta de vagas nas creches e escolas, baixo acesso as artes, ao estudo das línguas, à ambientes que ampliem seus conhecimentos acumulados na história da humanidade, dentre outros (FRANCO, 2017).

## 2.2 A política social de saúde voltada para as mulheres negras na sociedade brasileira, retrocessos e avanços.

A autora Franco (2017) defende que as mulheres negras ocupem espaços políticos, que sejam ativistas, que lutem por políticas públicas para mulheres, especialmente as negras, para que as mesmas possam garantir sua liberdade e emancipação de mulheres negras e faveladas. Em consonância, Sito (2017) traz que a mulher negra não ficou apenas a margem economicamente, ficou a margem politicamente também, pois nos espaços de representação popular, mulheres negras são apenas 2%, e quando se fala em espaços de poder que não estão subordinados ao crivo popular e que se constituem tarefas de menor visibilidade, a presença de mulheres negras é menor ainda, portanto faz-se necessário a luta por políticas públicas voltadas para essas mulheres e uma emancipação das mesmas.

Por política pública, compreende-se, em concordância com Pereira (2008, p. 96) “uma estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado como a sociedade, desempenha papéis ativos”. Já as políticas sociais são uma espécie de gênero das políticas públicas, nas quais visam concretizar os direitos conquistados pela sociedade e incorporá-los nas leis, possibilitando um melhor acesso as

mesmas, tornando-as públicas e indivisível; ampliando a cidadania, que por meio das lutas irá amadurecer, atendendo também as necessidades sociais, relacionando o público não só ao Estado, mas o público (sociedade+ Estado), imperando a soberania do povo para que suas necessidades sejam atendidas com qualidade (PEREIRA, 2008).

Uma das políticas públicas sociais que foi alvo de muita luta por parte das mulheres negras, por conta da sua condição de gênero, raça e classe, foi o SUS, podendo perceber na perspectiva de Lopes e Werneck (2013) ao abordar diversos modelos usados pelo Estado brasileiro: Santas Casas de Misericórdia (a partir de 1582), Caixas de Aposentadorias e Pensões/ CAPs (1923), Institutos de Aposentadorias e Pensões/ IAPs (1926), Serviço de Assistência Médica Domiciliar/ SAMDU (1949), Instituto Nacional de Previdência Social/INPS (1966), Plano de Pronta Ação/ PPA (1968), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social/ INAMPS (1974), Sistema Nacional de Saúde (1975), Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento/ PIASS (1976), Programa de Desenvolvimento de Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados/ SUDS (1987), em todos os sistemas ocorre à persistência de estratégias de exclusão da população negra, especialmente as mulheres.

Corroborando, as autoras trazem que, a noção de saúde da população negra na década de 80 é aprimorada pelo movimento de mulheres negras na década de 90 está orientada pela análise sistemática das desigualdades raciais em saúde e no julgamento de que sua manutenção, ao longo dos séculos, é determinada pelo racismo e outras formas de inferiorização social a ele associadas (LOPES; WERNECK, 2013). Porém, o Sistema Único de Saúde é uma política social pública que deve atender seus usuários sem nenhum tipo de discriminação, preconceito, desigualdade de gênero dentre outros, pois é de caráter universal (BRASIL, 2017).

Portanto, fez-se necessária uma atenção integral à saúde da mulher; no qual, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos foram compreendidos como direitos humanos; onde, deveria pautar-se também a diversidade e as necessidades específicas da população feminina. Portanto, foram necessárias que em quaisquer ações de saúde da mulher, além do enfoque de gênero,

sejam incorporadas as questões relativas à raça/etnia, ou seja, o “quesito cor” na saúde (BRASIL, 2005).

Mesmo com a atenção integral a saúde da mulher voltada também para ações com enfoque de gênero e de raça, a expectativa de vida para as mulheres negras é de 66 anos, já para as mulheres brancas é de 71 anos. A mulher negra está na intersecção das discriminações raciais, de gênero e de classe social, onde se tornam maior o risco de comprometimento de sua identidade pessoal, imagem corporal, auto-estima, dentre outros. Além disso, a discriminação, racismo, preconceito e exclusão aumentam na mulher negra sua susceptibilidade à violência dirigida a si própria e aos outros, aos hábitos de vida insalubres, como o tabagismo. Assim, as ações de saúde de combate à discriminação, racismo e exclusão no que se refere à mulher negra devem ser desenvolvidas integralmente sem desconsiderar o corpo, sexualidade, emancipação/empoderamento (BRASIL, 2005).

Racismo que segundo Marques (2007) opera, basicamente, por meio de duas lógicas: desigualitária e diferenciação. Na desigualitária, ele inscreve os grupos raciais na teia das relações sociais, concedendo-lhes um lugar de inferioridade, desvalorização e menosprezo social. Na diferenciação, os grupos raciais são percebidos como uma ameaça, não admitindo lugar no sistema social. Corresponde a um desejo de rejeição, de exclusão, de distanciamento e, nas situações extremas, de expulsão ou destruição. O reconhecimento do racismo é um determinante social que dificulta o acesso aos serviços de saúde e a qualidade do atendimento, por isso, é importante promover o enfrentamento da desigualdade racial no SUS (Brasil, 2016).

A luta da mulher negra contra o racismo, sexismo, patriarcalismo presentes na sociedade brasileira mesmo depois de promulgada a constituição de 1988, onde se tornam todos iguais, independentes de raça, gênero e etc, ainda vão ser necessários, como foi possível se perceber mais acima no exemplo da Política Social de Saúde, que até o início da década de 90 o movimento de mulheres negras que tinham o direito à saúde como uma de suas prioridades (MAIA, 2017).

Uma das grandes lutas da mulher negra dentro da política de saúde (SUS) foi às discussões sobre o direito à vida, os direitos sexuais e

reprodutivos, considerando que o racismo e o sexismo deixam marcas no exercício de direitos (CARNEIRO, 2003). Logo no início da década de 90, são feitas duas campanhas nacionais, com as organizações negras mistas (de mulheres e homens). A primeira "Não Matem Nossas Crianças", falava sobre o extermínio de crianças e jovens negros empreendidas por grupos paramilitares (chamados grupos de extermínio) ou por forças do Estado (as polícias) nos diferentes centros urbanos do país, onde teve uma grande mobilização, com forte influência sobre o processo de criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de junho de 1990 (LOPES; WERNECK, 2013).

Outro tema relevante para a luta das mulheres negras na área da saúde, segundo Carneiro (2003), é a esterilização, que teve lugar de destaque em vários anos na agenda política das mulheres negras, na qual, foram feitas campanhas contra a esterilização de mulheres em decorrência dos altos índices que o fenômeno adquiriu no Brasil, especialmente entre mulheres de baixa renda (a maioria das mulheres que são esterilizadas o faz porque não encontram no sistema de saúde a oferta e diversidade dos métodos contraceptivos reversíveis que lhes permitiriam não ter de fazer a opção radical de não poder mais ter filhos).

Em dezembro de 2001, foi realizado um Workshop Inter-Agencial de Saúde da População Negra, do qual participaram estudiosas sobre desigualdades raciais em saúde, ativistas e especialistas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, Organização Pan-Americana de Saúde/OPAS e Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional/ DFI (LOPES; WERNECK, 2013). Para além dos investimentos na área da saúde, DFID e PNUD, foi feito um trabalho que resultou na formulação do Programa de Combate ao Racismo Institucional/PCRI, cujo objetivo era fortalecer a capacidade do setor público na identificação, abordagem e prevenção do racismo institucional e a participação das organizações da sociedade civil na proposição e monitoração das políticas públicas, enfim, no exercício do controle social, em busca da equidade (Lopes e Quintiliano, 2007).

Já no início de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR que, firma um Termo de Compromisso com o Ministério da Saúde. Vai-se reconhecer que, para a efetivação do

princípio da equidade, o racismo deve ser entendido como um dos determinantes sociais das condições de saúde, considerando-se também os processos de vulnerabilidade aos quais estão expostos os diferentes segmentos populacionais, dando destaque para a população negra (BRASIL, 2016). Continuando no ano de 2003, negras e negros participam da 12ª Conferência Nacional de Saúde e conseguem a aprovação de mais de 70 deliberações que consideram a perspectiva racial, de gênero e geração, e, que se apresentam permeadas pelos princípios da não discriminação. Em 2004, foi instituído o Comitê Técnico de Saúde da População Negra/CTSPN, composto por representantes das áreas técnicas do Ministério da Saúde e instituições a ele conectadas, bem como dos Conselhos Nacionais de Secretários Municipais e Secretários Estaduais de Saúde (CONASS e CONASEMS), com a função de assessorar o Ministério da Saúde na elaboração e desenvolvimento de políticas, programas e ações voltadas para a adequação do SUS às demandas da população negra (BRASIL, 2016).

Em 2006, o Ministro da Saúde, Agenor Álvares, reconheceu publicamente a existência de racismo institucional no SUS. Neste mesmo ano, por iniciativa das organizações negras, passa-se há marcar o dia 27 de outubro como o Dia Nacional de Mobilização Pró- Saúde da População Negra (LOPES; WERNECK, 2013). Em novembro de 2006 o Conselho Nacional de Saúde criou a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN (Brasil, 2011).

A luta contra o racismo seja ele institucional ou não é uma luta histórica e está presente dentro até mesmo, das políticas sociais, com o movimento feminista negro tendo garra pra fazer o enfrentamento e lutando por seus direitos, mesmo assim o retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil ainda é precário, não tendo acesso a uma boa educação, não tendo boas oportunidades no mercado de trabalho, dentre outros, por conta da discriminação e preconceito existentes, dentre outras questões (SITO, 2017).

Foi o feminismo, especialmente o feminismo negro a fazer a resistência contra as desigualdades presentes na sociedade brasileira; e por trazer melhorias, especialmente nas políticas públicas sociais, como por exemplo: o SUS, como foi colocado acima, pois foi com muita resistência que o feminismo

negro, a luta da mulher negra colaborou para que houvesse toda uma atenção para a saúde da população negra (BORGES, 2017). A resistência é de extrema importância, pois mesmo com anos de lutas e enfrentamentos, mesmo com décadas de intensas políticas públicas e promoção de igualdade racial, segundo Sito (2017) na realidade atual ainda persiste uma disparidade entre brancos e negros, tanto no acesso a educação, como no mercado de trabalho, dentre outros, ficando mais complexo quando se trata da mulher negra.

Portanto, fica explícito que, o combate às desigualdades raciais, o enfrentamento ao racismo, a mobilização e lutas do feminismo negro vão demandar vários atores e sujeitos políticos, que exercitem ações capazes de intervir nos contextos e transformar as sociedades, as interações e dinâmicas que têm lugar num dado território, as formas de manejo das esferas econômicas, política e cultural, bem como a rearticulação do imaginário social com vistas a incluir representações mais justas e adequadas dos diferentes grupos humanos (BORGES, 2017)

### **3.0 CONCLUSÃO**

O feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos, sendo assim, nessa condição a luta das mulheres não depende somente da condição de superação diante as diferenças e desigualdades desenvolvidas historicamente, como a divisão sexual dos papéis de gênero, mas exige-se a superação de ideologias impostas pelo sistema de opressão como o sexismo e o racismo que se encontram enraizado na história da sociedade brasileira.

Desta forma as reivindicações das mulheres, tornando- as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro por políticas públicas voltadas para atender a demanda da população negra.

### **REFERÊNCIAS**

BORGES, Juliana. **Feminismo Negro: Resistência Anticapitalista e Radicalização Democrática**. In: BUENO, Winnie; BURIGO, Joanna; MACHADO, R.S. et al (Orgs.). **Tem Saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 129-136.

BRASIL, Ministério da Saúde. Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras. In: BENEVIDES, Maria Auxiliadora da Silva; et al (Orgs.). **Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras**. Brasília: editora MS, 2005.

\_\_\_\_\_. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília, 2011. 39 v.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Articulação Interfederativa. Temática Saúde da População Negra / Ministério da Saúde; Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; Departamento de Articulação Interfederativa. Painel de Indicadores do SUS, nº. 10. Brasília: editora MS, v. 7, 2016.

\_\_\_\_\_, **Instituto Brasileiro de Estatística**. III Conferência Nacional da Promoção da igualdade racial. CONAPIR, 2017.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estud. Av.**, São Paulo , v.17, n.49, set./dez. 2003.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys, Estudos Feministas/Études Féministes**, Brasília, v. 7, 2005.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 1997. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/as-mulheres-negras-na-construção-de-u-ma-nova-utopia-angela-davis-57887ba50bcfe.html>. Acesso em: 05 jun. 2018.

DIAS, Sheila Almeida. Serviço social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

FRANCA, Luka. Gênero, Raça e Classe: entender nossas origens para construir reais alternativas políticas aos projetos societários da direita. In: BUENO, Winnie; et al (Orgs.). **Tem Saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk. 2017, p. 123-136.

FRANÇA, D; RIOS, Flavia e LIMA, Marcia. **Articulando Gênero e Raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**.

MARCONDES, M. M, PINHEIRO, L., QUEIROZ, C, et al (Orgs.). **Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. IPEA, Governo federal do Brasil, 2013;

FRANCO, Marielle. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma



feminista, negra e favelada. In: BUENO, Winnie. (Orgs.). **Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk. 2017. p. 89-95.

FRASER, N. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. **Revista intersecções**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1, p. 7-32, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Pernambuco: Editora Global, 2003.

HOOKS, Bell. Mulheres Negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

LOBO, Elizabete Souza. Mulheres, feminismo e novas praticas sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1987.

LOPES, F; QUINTILIANO, R. Racismo institucional e o direito humano à saúde: Democracia Viva, n. 34, p. 8-16, 2007

LOPES, F; WERNECK, J. Saúde da População Negra da Conceituação as política públicas de direito. In: WERNECK, J. **Mulheres Negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no brasil. Criola, 2013;

MAIA, Tatiana Vargas. **Fazendo o Brasil e o brasileiro**: raça, nação e Estado no país da “democracia racial”. In: BUENO, Winnie. et al (Orgs.). **Tem Saída? Ensaios críticos sobre o Brasil**. Porto Alegre: Zouk. 2017. p. 109-115.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2003.

MARQUES, J.F. **Os dois racismos dos portugueses**. Actas do Atelier do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção Atelier: Migrações e Etnicidades. Coimbra, 2007;

PEREIRA, Potyara A. P. Discursões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al (Orgs.). **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. Rio de JANEIRO: Cortez, 2008. p.87-108.

RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 446-457, 1995.

RODRIGUES, C. S; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n.3, p. 445-456, 2010.

SANTOS, Joel Rufinos dos. **O que é racismo?** São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1984.

SITO, Laura. Por que as mulheres negras não são vistas como um setor estratégico na construção de um novo cenário político- econômico para o Brasil?. In: BUENO, Winnie. et al (Orgs.). **Tem Saída?** Ensaio críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 117- 122.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues. **Dossiê Esperança Garcia:** símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.